

1 BATALHAO DE COMUNICACOES DIVISIONARIO/RS

Edital 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	160250-1 BATALHAO DE COMUNICACOES DIVISIONARIO/RS	PATRICK BRATZ BRAGA	02/06/2026 15:39 (v 0.10)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64026.000502/2026-72

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2026

CONTRATANTE (UASG)

(160250)

OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios, Utensílios de Copa e Cozinha, Gás Engarrafado e Lenha.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 2.403.260,16 (dois milhões quatrocentos e quatrocentos e três mil duzentos e sessenta reais e dezesseis centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Critério de Julgamento:

Menor preço por item

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO

1 BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES

(Companhia Escola de Transmissões/1945)

BATALHÃO GENERAL MÁRIO DA SILVA MIRANDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

(Processo Administrativo nº 64026.000502/2026-72)

Torna-se público que o(a) 1º Batalhão de Comunicações, por meio do(a) Seção de Aquisição, Licitação e Contratos, sediado (a) Av. Venâncio Aires, s/nº, Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, CEP: 98.801-660, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de Gêneros Alimentícios, Utensílios de Copa e Cozinha, Gás Engarrafado e Lenha, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Com exceção do item 03 (ampla concorrência), para os outros itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores

mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade mínima de 100%.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de* 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. empresas brasileiras;

7.23.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.15. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou de maneira eletrônica.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9 A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 duas horas**, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 **(dez)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 **(dez)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 **(dez)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin [A1] constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico o <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

- 14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.6. fraudar a licitação;
- 14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
 - 14.2.2. multa;
 - 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licita@1bcom.eb.mil.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://www.gov.br/compras>.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
 - 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo o presente Edital e autorizo o prosseguimento do processo de contratação.

ANDERSON FIDELIS JOSE DA SILVA

Ordenador de Despesas do 1º B Com



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 15:39:52.

1 BATALHAO DE COMUNICACOES DIVISIONARIO/RS

Termo de Referência 11/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2026	160250-1 BATALHAO DE COMUNICACOES DIVISIONARIO/RS	ANDRIONI FANTONI	01/06/2026 10:22 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64026.000502/2026-72

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64026.000502/2026-72)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de gêneros alimentícios, utensílios de copa e cozinha, carvão vegetal e gás engarrafado para o 1º Batalhão de Comunicações e as Unidades Participantes, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

Nº do Item	Item	DESCRIÇÃO	UND	Valor Unitário Estimado	1º B Com	DSSA	19º R C MEC	Quantidade Total	Valor Total
1	616623-Carvão Vegetal	Carvão Vegetal, saco de 5 kg	Und	R\$ 31,90	50	50	40	140	R\$ 4.466,00
2	461651-Gás refino de petróleo	Gás (GLP) em botijão de 13 kg com carga	Und	R\$ 135,41	60	12	50	122	R\$ 16.520,02
3	461651-Gás refino de petróleo	Gás (GLP) em cilindro de 45 kg com carga *Para esse item não há cota reservada para ME /EPP.	Und	R\$ 455,00	250	0	0	250	R\$ 138.320,00
4	464374-Fruta	Fruta in natura, tipo abacaxi, espécie pérola, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 8,36	50	300	600	950	R\$ 7.942,00
5	4 6 3 5 5 6 - Achocolatado	Achocolatado em pó, sabor tradicional, a base de extrato de malte, embalagem de 400 g	Und	R\$ 8,27	400	60	500	960	R\$ 7.939,20
6	236197-Adoçante	Adoçante estévia, frasco de 100 ml	Und	R\$ 10,69	60	50	25	135	R\$ 1.443,15
7	445479-Água mineral natural	Água mineral com gás, garrafa de 500 ml	Und	R\$ 1,70	800	1000	2500	4300	R\$ 7.310,00
	445484-Água								R\$

8	mineral natural	Água mineral sem gás, garrafa de 500 ml	Und	R\$ 1,54	800	1000	400	2200	8.932,00
9	466600-Legume Processado	Aipim descascado congelado, embalagem de 1 kg	Und	R\$ 10,90	500	250	1500	2250	R\$ 24.525,00
10	466788-Legume em conserva	Alcaparra em conserva, balde de 2 kg drenado e 3 kg líquido	Und	R\$ 93,13	10	10	0	20	R\$ 1.862,60
11	463832-Verdura In Natura	Alface Crespa in natura, produto de 1ª qualidade	Und	R\$ 3,82	1500	300	350	2150	R\$ 8.213,00
12	463830-Verdura in natura	Alface Americana in natura, produto de 1ª qualidade	Und	R\$ 3,88	1500	300	800	2600	R\$ 10.088,00
13	4 6 3 9 3 8 - Condimento	Alho in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 31,62	40	80	150	270	R\$ 8.537,40
14	474374-Fruta	Ameixa preta seca e desidratada, embalagem de 1 kg	Kg	R\$ 53,78	10	10	25	45	R\$ 2.420,10
15	459077-Amido	Amido de milho, tipo maisena, apresentação em pó, pacote de 500 g	Und	R\$ 11,24	300	120	200	620	R\$ 6.968,80
16	463696-Azeite	Azeite oliva, tipo extravirgem, acidez menor de 0,8%, vidro com 500 ml	Und	R\$ 41,14	200	50	40	290	R\$ 11.930,60
17	459639-Legume em conserva	Azeitona, tipo verde, apresentação sem caroço, tamanho grande, características adicionais sem tempero, balde com peso drenado de 2 kg e peso líquido de 3 kg	Und	R\$ 74,76	20	50	30	100	R\$ 7.476,00
18	447666-Carne defumada	Carne defumada, tipo corte toucinho (bacon), tipo animal suíno, apresentação em mantas defumado, estado de conservação resfriado(a)	Kg	R\$ 37,61	150	150	300	600	R\$ 22.566,00
19	464380-Fruta	Banana nanica in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 5,12	1800	300	2000	4100	R\$ 20.992,00
20	464381-Fruta	Banana prata in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 7,07	1500	300	2500	4300	R\$ 30.401,00
21	467358-Barra nutricional	Barra de cereal, mínimo de 22 gr, ingredientes de aveia em flocos, cereais tostados, açúcar e frutas, similar ou superior as marcas nutry ou naturale	Und	R\$ 1,52	1200	1000	200	2400	R\$ 3.648,00
22	463753-Legume in natura	Batata doce in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 4,64	500	200	900	1600	R\$ 7.424,00
23	463707-Batata processada	Batata frita embalada, tipo palha fina, características adicionais sem colesterol e sem conservantes, pacote de 1 kg	Kg	R\$ 30,08	300	80	500	880	R\$ 26.470,40
24	463754-Legume in natura	Batata inglesa in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 5,02	1500	700	3000	5200	R\$ 26.104,00
	3 0 6 0 4 3 -								

25	Aromatizante artificial	Essência de baunilha, aromatizante artificial, apresentação líquido incolor, solubilidade em água, tipo uso de fabricação pães, sabor de baunilha, frasco com no mínimo de 960 ml	Und	R\$ 13,52	10	10	20	40	R\$ 540,80
26	463767- Legume in natura	Beterraba in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 5,29	500	200	900	1600	R\$ 8.464,00
27	316837- Biscoito	Biscoito, apresentação redondo, sabor variado, classificação doce, características adicionais com recheio, tipo tortinha, pacote com no mínimo de 140 gramas, similar ou superior as marcas isabela, visconti e orquídea	Und	R\$ 3,61	300	400	500	1200	R\$ 4.332,00
28	217129- Biscoito	Biscoito, apresentação quadrado, sabor água e sal, classificação salgado, características adicionais sem recheio, pacote com no mínimo de 345 g	Und	R\$ 6,67	300	200	500	1000	R\$ 6.670,00
29	304977- Biscoito	Biscoito, apresentação waffer, sabor variado, pacote com no mínimo de 110 g	Und	R\$ 3,40	300	300	800	1400	R\$ 4.760,00
30	232213- Biscoito	Biscoito, apresentação oval, sabor maizena, classificação doce, características adicionais sem recheio, aplicação: alimentação humana, pacote com no mínimo de 350 g	Und	R\$ 7,82	300	300	300	900	R\$ 7.038,00
31	232144- Biscoito	Biscoito, apresentação redondo, sabor não aplicável, classificação doce, características adicionais sem recheio, tipo maria, apresentação pacote com no mínimo de 345 g	Und	R\$ 5,27	300	300	200	800	R\$ 4.216,00
32	463838- Verdura In Natura	Brócolis de cabeça in natura, produto de 1ª qualidade	Und	R\$ 7,11	200	200	1500	1900	R\$ 13.509,00
33	463532- Cacau	Cacau em pó, pacote de 1 quilograma	Und	R\$ 90,27	30	20	150	200	R\$ 18.054,00
34	339479- Tempero	Caldo de carne	Kg	R\$ 17,87	80	20	100	200	R\$ 3.574,00
35	339478- Tempero	Caldo de galinha	Kg	R\$ 17,43	80	20	100	200	R\$ 3.486,00
36	4 6 3 8 7 2 - Condimento	Canela em Pó	Kg	R\$ 33,57	20	5	20	45	R\$ 1.510,65
37	459663- Molho de mesa	Molho de mesa, tipo catchup, composição tradicional, apresentação creme, frasco com no mínimo de 380 g	Und	R\$ 6,67	500	200	250	950	R\$ 6.336,50

38	447873- Carne de ave in natura	Carne de ave in natura, tipo peru, tipo corte com miúdos, apresentação inteiro, estado de conservação congelado (a)	Kg	R\$ 32,53	60	50	80	190	R\$ 6.180,70
39	447640- Carne de ave in natura	Carne congelada, tipo coração de frango	Kg	R\$ 27,10	50	200	50	300	R\$ 8.130,00
40	447737- Carne salgada	Carne salgada, tipo orelha suína, apresentação cortada, estado de conservação resfriada(o)	Kg	R\$ 22,13	40	20	20	80	R\$ 1.770,40
41	447745- Carne salgada	Carne salgada, tipo pé suíno, apresentação cortada, estado de conservação resfriada(o)	Kg	R\$ 20,77	40	20	10	70	R\$ 1.453,90
42	463781- Legume in natura	Cebola branca in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 5,16	2000	300	2100	4400	R\$ 22.704,00
43	4 6 3 8 8 2- Condimento	Condimento (salsa e cebolinha) in natura, produto de 1ª qualidade	Mç	R\$ 4,04	200	80	200	480	R\$ 1.939,20
44	463770- Legume in natura	Cenoura in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 5,43	600	150	800	1550	R\$ 8.416,50
45	604671-Chá alimentação	Chá alimentação, sabores diversos, caixa com 10 saquinhos de 1g, total de 10 g	Cx	R\$ 4,39	50	80	100	230	R\$ 1.009,70
46	463778- Legume in natura	Chuchu in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 5,29	500	0	750	1250	R\$ 6.612,50
47	463536- Chocolate	Chocolate, tipo preto, sabor ao leite, características adicionais aplicação cobertura, barra de 1 quilograma	Kg	R\$ 42,67	60	20	40	120	R\$ 5.120,40
48	467306- Chocolate	Chocolate, tipo preto, sabor meio amargo, características adicionais aplicação cobertura, mínimo 50% cacau, barra de 1 quilograma	Kg	R\$ 44,17	60	20	50	130	R\$ 5.742,10
49	4 6 3 5 4 8 - Achocolatado	Chocolate granulado, achocolatado, apresentação pó/granulado, sabor: tradicional, característica adicional a base de extrato de malte, pacote com no mínimo de 500 g	Und	R\$ 15,97	50	25	100	175	R\$ 2.794,75
50	237916-Coco seco	Coco seco ralado, pacote de 100 g	Und	R\$ 3,40	20	20	50	90	R\$ 306,00
51	462827- Legume Em Conserva	Cogumelo em conserva, tamanho médio, tipo cogumelo esterilizado, balde com peso drenado de 2 kg e peso líquido de 3 kg	Und	R\$ 75,29	40	20	10	70	R\$ 5.270,30
52	4 6 3 9 3 7 - Condimento	Condimento, apresentação industrial, matéria prima colorau, em pó, aplicação culinária em geral, embalagem com no no mínimo de 500 g	Und	R\$ 21,40	30	40	150	220	R\$ 4.708,00

53	447671-Carne defumada	Carne defumada, tipo costelinha suína, apresentação cortada, resfriado(a)	Kg	R\$ 35,47	100	100	20	220	R\$ 7.803,40
54	463822-Verdura in natura	Couve manteiga in natura, produto de 1ª qualidade	Mç	R\$ 4,27	200	200	100	500	R\$ 2.135,00
55	463831-Verdura in natura	Couve-flor in natura, produto de 1ª qualidade	Und	R\$ 8,30	250	100	500	850	R\$ 7.055,00
56	4 6 3 8 9 2 - Condimento	Cravo da índia	Kg	R\$ 98,77	5	5	5	15	R\$ 1.481,55
57	446534-Creme de leite	Creme de leite, ingredientes gordura láctea, mínimo 35%, apresentação embalagem Tetra Park (caixinha), peso de 200 g	Und	R\$ 4,00	1500	2000	2500	6000	R\$ 24.000,00
58	474411-Doce confeitado	Doce confeitado, tipo torrone, ingredientes com amendoim, embalados individualmente, caixa com 50 unidades de no mínimo de 25 g de cada	Cx	R\$ 63,03	300	50	50	400	R\$ 25.212,00
59	462657-Doce não confeitado	Fruta em calda, tipo fruta abacaxi, ingredientes água e açúcar, lata com peso drenado de no mínimo de 400 g e peso líquido no mínimo de de 820 g	Und	R\$ 20,97	200	50	500	750	R\$ 15.727,50
60	462684-Doce não confeitado	Fruta em calda, tipo fruta pêssigo cozido, ingredientes água e açúcar, lata com peso drenado de no mínimo de 450 g e com peso líquido de no mínimo de 830 g	Und	R\$ 14,70	200	50	400	650	R\$ 9.555,00
61	462670-Doce não confeitado	Doce não confeitado, tipo em calda, sabor cereja, vidro com peso drenado de no mínimo de 100 g e com peso líquido de no mínimo de 190 g	Und	R\$ 20,37	20	50	20	90	R\$ 1.833,30
62	462666-Doce não confeitado	Doce em pasta, tipo bananada, pote de no mínimo de 400 g	Und	R\$ 13,03	150	80	50	280	R\$ 3.648,40
63	462679-Doce não confeitado	Doce em pasta, tipo goiabada, pote de no mínimo de 400 g	Und	R\$ 12,57	150	80	100	330	R\$ 4.148,10
64	462651-Doce não confeitado	Goiabada cascão, doce não confeitado, tipo massa, sabor goiaba, forma apresentação com pedaços da casca, embalagem de no mínimo de 300 g	Und	R\$ 8,33	250	25	25	300	R\$ 2.499,00
65	462646-Doce não confeitado	Rapadura de amendoim, doce de amendoim, tipo tablete, ingredientes amendoim, açúcar e	Und	R\$ 25,70	300	100	250	650	R\$ 16.705,00

		xarope de glicose, sem farinha em sua composição, pacote com 50 unidades com peso mínimo de 900 g							
66	462601-Doce leite	Doce de leite puro, de 1ª qualidade, tipo cremoso, composição leite integral, açúcar, glicose, pote com 400 g	Und	R\$ 11,77	200	100	50	350	R\$ 4.119,50
67	462666-Doce não confeitado	Doce de banana em tablete, tipo mariola, pacote com 50 unidades individualizadas de 15g, pacote mínimo com 750 g	Und	R\$ 20,98	300	50	150	500	R\$ 10.490,00
68	462823-Legume em conserva	Ervilha em conserva, lata com peso drenado de 2 kg e peso líquido de 3 kg	Und	R\$ 37,47	100	50	50	200	R\$ 7.494,00
69	459670-Massa de tomate	Massa de tomate, tipo extrato concentrado, composição tradicional, apresentação creme, lata com peso líquido de 4 kg	Und	R\$ 43,43	980	80	800	1860	R\$ 81.648,40
70	459009-Farinha de mandioca	Farinha de Mandioca, tipo branca, seca, fina, tipo 1, acidez baixa, sem temperos	Kg	R\$ 10,40	300	25	800	1125	R\$ 11.700,00
71	470688-Farinha de milho	Farinha de milho, grão amarelo, tipo fubá, característica adicional transgênico, ingrediente adicional fortificada com ferro e ácido fólico, tamanho fina	Kg	R\$ 7,13	400	25	400	825	R\$ 5.882,25
72	244498-Farofa pronta	Farofa pronta temperada, ingredientes farinha de milho, óleo vegetal, alho, sal, cebola, pimenta vermelha, cebolinha verde, colorífico, pimenta do reino preta e cominho, pacote de no mínimo de 500 g	Und	R\$ 9,98	120	150	1000	1270	R\$ 12.674,60
73	459591-Fermento	Fermento biológico fresco, embalagem de 500 g	Und	R\$ 18,83	200	100	100	400	R\$ 7.532,00
74	459596-Fermento	Fermento biológico em pó, embalagem de 500 g	Und	R\$ 28,93	200	100	150	450	R\$ 13.018,50
75	459586-Fermento	Fermento químico em pó, embalagem de 250 g	Und	R\$ 12,16	300	100	300	700	R\$ 8.512,00
76	460502-Aveia beneficiada	Flocos de aveia médio, embalagem de 500 g	Und	R\$ 11,43	100	30	25	155	R\$ 1.771,65
77	463970-Cereal matinal /lanches	Cereal matinal, lanches, tipo flocos pré-cozidos, ingredientes principais com, fortificado com vitaminas e minerais, com com açúcar	Kg	R\$ 23,70	30	50	300	380	R\$ 9.006,00
78	462723-Gelatina alimentícia	Gelatina alimentícia, em pó, sem sabor, isento de açúcares e adoçantes, pacote de 01 kg	Und	R\$ 59,73	600	15	700	1315	R\$ 84.517,95
	446706-		Bdj 6						R\$

79	Iogurte natural	Iogurte c/ polpa de frutas cartela com 6 unidade de 540 g	Und	R\$ 7,36	800	500	1200	2500	18.400,00
80	464395-Fruta	Laranja bahia in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 12,77	1000	1200	1800	4000	R\$ 51.080,00
81	4 6 4 5 7 1 - Leguminosa	Lentilha, tipo I, embalagem de 500 g	Und	R\$ 7,03	10	50	150	210	R\$ 1.476,30
82	464013-Leite condensado	Leite condensado, tipo integral, ingrediente básico leite in natura, embalagem de 395 g	Und	R\$ 6,06	800	1000	2500	4300	R\$ 26.058,00
83	449182-Embutido	Embutido, tipo linguiça paio, tipo defumada, estado de conservação resfriado(a)	Kg	R\$ 43,23	50	80	50	180	R\$ 7.781,40
84	447702-Embutido	Linguiça, tipo calabresa, tamanho grossa, ingredientes carne suína, embalada à vácuo	Kg	R\$ 29,00	400	80	600	1080	R\$ 31.320,00
85	4 6 3 9 0 4 - Condimento	Louro folha desidratada, pacote com 250 g	Und	R\$ 34,60	20	10	30	60	R\$ 2.076,00
86	464401-Fruta	Maçã Fuji in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 12,63	1000	600	1500	3100	R\$ 39.153,00
87	459656-Molho de mesa	Maionese, tipo tradicional, embalagem de 500 g	Und	R\$ 12,90	200	150	300	650	R\$ 8.385,00
88	464405-Fruta	Mamão formosa in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 9,73	800	80	2000	2880	R\$ 28.022,40
89	4 6 3 9 0 8 - Condimento	Manjerição desidratado	Kg	R\$ 18,13	5	5	10	20	R\$ 362,60
90	464410-Fruta	Manga rosa in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 6,91	150	500	400	1050	R\$ 7.255,50
91	4 6 3 9 1 0 - Condimento	Manjerona em pó	Kg	R\$ 20,80	5	10	10	25	R\$ 520,00
92	465350-Massa alimentícia	Massa para lasanha, embalagem de 500 g	Und	R\$ 8,67	100	150	1200	1450	R\$ 12.571,50
93	462245-Massa alimentícia	Massa para pastel, disco de 12 cm, embalagem de 500 g	Und	R\$ 8,58	300	200	1200	1700	R\$ 14.586,00
94	348080-Mel abelha	Mel de abelha, alimentação humana	Kg	R\$ 34,50	100	30	50	180	R\$ 6.210,00
95	464418-Fruta	Melancia in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 3,48	400	350	1800	2550	R\$ 8.874,00
96	471959-Fruta	Melão espanhol in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 9,21	400	250	1800	2450	R\$ 22.564,50
97	462824-Legume em conserva	Milho em conserva, ingredientes grãos de milho cozido/água e sal, lata com peso de no mínimo de 1,7 kg drenado e peso líquido no mínimo de 3 kg	Und	R\$ 35,27	100	50	300	450	R\$ 15.871,50
		Mistura alimentícia para preparo de cuca alemã, farinha de trigo tipo I, fortificada com ferro e							

98	268901-Mistura alimentícia	ácido fólico, açúcar refinado, gordura vegetal, sal refinado, canela em pó, estabilizantes polisorbato 80 e estearoil-2-lactil lactato de cálcio	Sc 5 Kg	R\$ 59,10	60	10	100	170	R\$ 10.047,00
99	242454-Mistura alimentícia	Mistura Pré-Mix para Pão Francês enriquecida com ferro e ácido fólico (vitamina B9), farinha de trigo tipo 1, sal, ácido ascórbico, estearoil 2-lactil lactato de sódio, azodecarbonarnida, enzimas, fosfolipase, alamilase, hemicelulase e glúten, saco de 25 Kg	Sc 25 Kg	R\$ 95,17	600	50	100	750	R\$ 71.377,50
100	417951-Mistura alimentícia	Mistura para Pão de Queijo, Pó branco levemente amarelo, amido modificado, gordura vegetal, condimento preparado sabor queijo (contém farinha de trigo e leite) e sal, embalagem de 1 Kg	Und	R\$ 12,87	300	50	500	850	R\$ 10.939,50
101	444402-Mistura alimentícia	Mistura Pré-Mix para Pão Tipo Hamburger / Cachorro-quente, saco de 25 Kg	Sc 25 Kg	R\$ 92,90	100	50	50	200	R\$ 18.580,00
102	4 6 3 8 6 1 - Condimento	Condimento, molho de alho, embalagem de no mínimo de 900 ml	Und	R\$ 11,62	60	50	150	260	R\$ 2.440,20
103	241553-Molho pimenta	Molho de pimenta, composição água/pimenta vermelha moída/vinagre de álcool/sal, frasco no mínimo de 150 ml	Und	R\$ 4,78	150	50	100	300	R\$ 1.434,00
104	459655-Molho de mesa	Molho inglês, embalagem no mínimo de 900 ml	Und	R\$ 13,16	80	70	100	250	R\$ 3.948,00
105	459653-Molho de mesa	Molho shoyo, embalagem no mínimo de 900 ml	Und	R\$ 19,07	40	70	150	260	R\$ 4.004,70
106	464328-Fruta	Morango in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 34,52	30	80	100	210	R\$ 5.523,20
107	459667-Molho de mesa	Molho de mesa, tipo mostarda, embalagem no mínimo de 190 g	Und	R\$ 9,37	250	150	50	450	R\$ 4.685,00
108	4 6 3 9 1 2 - Condimento	Noz moscada em pó, embalagem no mínimo de 28 g	Und	R\$ 11,93	20	30	20	70	R\$ 835,10
109	4 6 3 9 1 6 - Condimento	Orégano desidratada, pacote mínimo de 100 g	Und	R\$ 8,03	50	10	20	80	R\$ 642,40
110	446626-Ovo processado	Ovo de codorna em conserva, vidro com peso drenado de 300 g e peso líquido de 540 g	Und	R\$ 26,33	300	50	500	850	R\$ 22.380,50
111	446622-Ovo	Ovo vermelho in natura, bandeja com 30 und	Bdj 30 und	R\$ 24,07	800	350	1200	2350	R\$ 56.564,50

112	4 6 3 8 6 0 - Condimento	Pasta de alho picado	Kg	R\$ 18,33	100	50	50	200	R\$ 3.666,00
113	452507-Bolo alimentício	Panetone c/ gotas de chocolate (chocotone), embalagem com 400 g	Und	R\$ 19,47	20	15	50	85	R\$ 1.654,95
114	257762-Bolo alimentício	Panetone c/ frutas cristalizadas, embalagem com 400 g	Und	R\$ 21,77	20	15	50	85	R\$ 1.850,45
115	449006- Peixe em conserva	Pescado em conserva tipo sardinha em óleo, lata de no mínimo de 125 g	Und	R\$ 8,46	50	50	25	125	R\$ 1.057,50
116	468533- Legume em conserva	Legume em conserva, tipo pepino, ingredientes água/açúcar/ácido cítrico e sal, vidro com no mínimo de 300 g drenado	Und	R\$ 12,73	300	50	800	1150	R\$ 14.639,50
117	463796- Legume in natura	Pepino in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 6,26	300	80	500	880	R\$ 5.508,80
118	4 6 3 9 2 0 - Condimento	Pimenta do reino moída	Kg	R\$ 30,10	5	5	10	20	R\$ 602,00
119	463809- Legume in natura	Pimentão verde in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 10,10	250	30	1200	1480	R\$ 14.948,00
120	463808- Legume in natura	Pimentão vermelho in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 21,37	150	30	200	380	R\$ 8.120,60
121	463802- Legume In Natura	Pimentão amarelo in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 21,37	150	30	200	380	R\$ 8.120,60
122	462751-Pó pudim	Pó para pudim, sabores variados, embalagem de 1 kg	Und	R\$ 14,92	200	100	50	350	R\$ 5.222,00
123	462474- Amido	Polvilho doce, tipo fécula de mandioca, uso para culinária e panificação, apresentação pós tipo farinha, embalagem com 500 g	Und	R\$ 8,38	50	20	50	120	R\$ 1.005,60
124	481086- Amido	Polvilho azedo, tipo fécula de mandioca, uso para culinária e panificação, apresentação pós tipo farinha, embalagem de 500 g	Und	R\$ 10,73	80	30	500	610	R\$ 6.545,30
125	447771-Frios	Presunto de pernil, tipo preparação cozido, composição sem capa de gordura, apresentação peça inteira, estado de conservação resfriado(a)	Kg	R\$ 30,00	300	300	1500	2100	R\$ 63.000,00
126	447774-Frios	Presunto de pernil, tipo cozido, composição sem capa de gordura, apresentação fatiado, estado de conservação resfriado(a)	Kg	R\$ 32,03	800	300	500	1600	R\$ 51.248,00
127	446633- Queijo	Queijo mussarela	Kg	R\$ 45,80	300	400	1150	1850	R\$ 100.760,00
128	446636- Queijo	Queijo mussarela fatiado	Kg	R\$ 47,30	500	400	600	1500	R\$ 70.950,00

129	446639-Queijo	Queijo prato	Kg	R\$ 50,60	300	400	800	1500	R\$ 75.900,00
130	446642-Queijo	Queijo prato fatiado	Kg	R\$ 51,93	500	400	300	1200	R\$ 62.316,00
131	2 1 7 7 8 3 -Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa, xarope, sabor uva, garrafa de 2 litros, produto similar ou superior a marca Fanta Uva	Und	R\$ 8,99	300	100	200	600	R\$ 5.394,00
132	2 1 7 7 8 3 -Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa, xarope, sabor uva, lata de 350ml, produto similar ou superior a marca Fanta Uva	Und	R\$ 4,06	300	100	100	500	R\$ 2.030,00
133	2 1 7 7 8 4 -Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa/xarope, sabor cola, garrafa de 2,5 litros, produto similar ou superior às marcas Coca-Cola e Pepsi	Und	R\$ 11,90	500	100	800	1400	R\$ 16.660,00
134	2 1 7 7 8 4 -Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa/xarope, sabor cola, lata de 350 ml, produto similar ou superior às marcas Coca-Cola e Pepsi	Und	R\$ 4,11	300	100	250	650	R\$ 2.671,50
135	2 1 7 7 8 5 -Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa/xarope, sabor guaraná, garrafa de 2 litros, produto similar ou superior a marca Antártica e Kuat	Und	R\$ 8,06	400	100	600	1100	R\$ 8.866,00
136	2 1 7 7 8 5 -Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa/xarope, sabor guaraná, lata de 350 ml, produto similar ou superior a marca Antártica e Kuat	Und	R\$ 3,88	300	100	250	650	R\$ 2.522,00
137	2 1 7 7 8 1 -Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa/xarope, sabor laranja, garrafa de 2 litros, produto similar ou superior a marca Fanta e Sukita	Und	R\$ 9,03	300	100	250	650	R\$ 5.869,50
138	463839-Verdura in natura	Repolho verde in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 5,07	600	50	1200	1850	R\$ 9.379,50
139	446671-Queijo	Requeijão cremoso, pote mínimo de 180 g	Und	R\$ 9,06	300	400	600	1300	R\$ 11.778,00
140	463826-Verdura In Natura	Rúcula in natura, produto de 1ª qualidade	Mç	R\$ 4,47	80	350	800	1230	R\$ 5.498,10
141	459084-Amido	Sagú, embalagem de 500g	Und	R\$ 8,70	200	30	200	430	R\$ 3.741,00
142	447877-Frios	Salame tipo italiano, peça	Kg	R\$ 78,03	50	300	25	375	R\$ 29.261,25
143	447720-Embutido	Salsicha hot dog, tipo mista, estado de conservação resfriada	Kg	R\$ 18,10	700	50	1500	2250	R\$ 40.725,00

144	447707-Embutido	Salsichão misto (suíno/bovino)	Kg	R\$ 30,37	300	100	300	700	R\$ 21.259,00
145	454017-Sal	Sal refinado	Kg	R\$ 3,23	1000	150	1000	2150	R\$ 6.944,50
146	454018-Sal	Sal grosso temperado	Kg	R\$ 5,50	300	150	500	950	R\$ 5.225,00
147	462825-Legume em conserva	Seleta de legumes, lata com peso de no mínimo de 1,7 kg drenado e peso líquido no mínimo de 2,6 kg	Und	R\$ 30,40	100	10	200	310	R\$ 9.424,00
148	462772-Sorvete	Sorvete de napolitano, água, açúcar, xarope de glicose, gordura vegetal, leite em pó desnatado, pasta de cacau, polpa de morango, soro de leite, cacau em pó, extrato de malte, sal, aromatizantes, acidulante ácido cítrico, corantes natural urucum, artificiais, vermelho ponceau, azul indigotina, espessantes goma guar, goma jataí, carragena, estabilizantes monoestearato de glicerina, polisorbato 80, contém glúten, pote de 2 litros	Und	R\$ 25,10	150	100	50	300	R\$ 7.530,00
149	442810-Suco	Suco de uva integral, garrafa de no mínimo de 1 litro	L	R\$ 14,27	250	100	50	400	R\$ 5.708,00
150	396125-Suco	Suco em pó, sabor variado, pacote de 1 kg	Kg	R\$ 16,35	2500	300	2500	5300	R\$ 86.655,00
151	442811-Suco	Suco de laranja, tipo integral, sem adição de açúcar, corantes ou conservantes, apresentação embalagem tetra-pak com mínimo de 200 ml	Und	R\$ 4,41	300	100	500	900	R\$ 3.969,00
152	442810-Suco	Suco de uva, tipo integral, sem adição de açúcar, corantes ou conservantes, apresentação embalagem tetra-pak com mínimo de 200 ml	Und	R\$ 4,41	300	100	500	900	R\$ 3.969,00
153	442811-Suco	Suco de laranja, apresentação líquido, sabor laranja, tipo integral, características adicionais concentrado e sem adição de açúcar, embalagem de 1 litro	Und	R\$ 13,07	200	200	500	900	R\$ 11.763,00
154	303946-Suco	Suco de abacaxi, tipo integral, sem adição de açúcar, corantes ou conservantes, apresentação embalagem de 1 litro	Und	R\$ 13,07	200	200	500	900	R\$ 11.763,00
									R\$

155	233873-Temperero	Tempero completo, sem pimenta, apresentação pasta, uso culinário	Kg	R\$ 16,67	200	50	50	300	5.001,00
156	463804-Legume In Natura	Tomate in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 8,62	1000	350	2200	3550	R\$ 30.601,00
157	4 6 2 1 0 1 - Condimento	Condimento, matéria-prima tomate seco, aplicação alimentação, características adicionais em conserva e temperado, embalagem com peso de no mínimo de 700 g drenado e peso líquido no mínimo de 1 kg	Und	R\$ 47,97	10	10	20	40	R\$ 1.918,80
158	464441-Fruta	Uva rubi in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 12,47	150	70	50	270	R\$ 3.366,90
159	464439-Fruta	Uva niágara in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	R\$ 13,50	150	70	50	270	R\$ 3.645,00
160	464883-Fruta	Uva passa, apresentação desidratada, seca, adicional preta	Kg	R\$ 41,97	15	7	10	32	R\$ 1.343,04
161	249818-Vinagre	Vinagre de maçã, composição fermentado acético de maçã e conservante, embalagem mínima de 750 ml	Und	R\$ 6,08	250	50	200	500	R\$ 3.040,00
162	249817-Vinagre	Vinagre de vinho, tipo tinto, embalagem mínima de 750 ml	Und	R\$ 6,41	250	50	400	700	R\$ 4.487,00
163	2 4 3 1 6 0 - Embalagem plástica	Bobina plástica transparente e picotada, capacidade para 5 kg, rolo com 500 sacos	Und	R\$ 34,17	60	20	150	230	R\$ 7.859,10
164	441934-Saco	Bobina plástica transparente e picotada, capacidade para 10 kg, rolo com 500 sacos	Und	R\$ 45,83	60	20	50	130	R\$ 5.957,90
165	235787-Colher descartável	Colher descartável para sobremesa, média, pacote com 50 unidades (cor branca)	Und	R\$ 6,90	100	50	200	350	R\$ 2.415,00
166	332641-Copo descartável	Copo descartável de 200 ml, tira com 100 unidades	Pct	R\$ 7,03	400	200	600	1200	R\$ 8.436,00
167	237590-Coador descartável café	Filtro de papel para café, nr 103, embalagem com 30 unidades	Cx	R\$ 6,63	100	80	250	430	R\$ 2.850,90
168	279329-Fósforo	Fósforo, pacote com 10 caixa com 40 palitos cada	Pct	R\$ 5,49	70	20	150	240	R\$ 1.317,60
169	3 9 6 0 5 2 - Guardanapo de papel	Guardanapo de papel, macio, pacote com 50 unidades com no mínimo 24x24 cm	Pct	R\$ 5,55	1500	500	1200	3200	R\$ 17.760,00
170	221317-Palito	Palito dental, caixa com 200 unidades	Cx	R\$ 3,27	100	10	300	410	R\$ 1.340,70
171	233708-Papel alumínio	Papel alumínio, rolo 7,5m x 45cm (dimensões mínimas)	Und	R\$ 12,52	100	30	800	930	R\$ 11.643,60

172	393150- Papel filme	Papel filme de PVC, tipo Isofilme, rolo 15m x 28cm (dimensões mínimas)	Und	R\$ 5,23	100	30	250	380	R\$ 1.987,40
173	220981- Papel filme	Papel filme de PVC, tipo Isofilme, rolo 300m x 29cm (dimensões mínimas)	Und	R\$ 41,17	50	30	250	330	R\$ 13.586,10
174	226350- Marmita descartável	Prato de alumínio com tampa, nr 09, para fechamento à máquina, caixa com 100 unidades	Cx	R\$ 57,20	100	30	50	180	R\$ 10.296,00
175	372768- Prato descartável	Prato descartável para refeição, diâmetro de 21 cm, pacote cm 10 unidades, cor branca	Und	R\$ 4,20	150	50	200	400	R\$ 1.680,00
176	461652-Gás refino de petróleo	Gás (GLP) em cilindro de 45 kg com carga	Und	R\$ 455,00	0	24	30	54	R\$ 24.570,00

- 1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4 O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da assinatura da ata, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000114/2026
- II) Data de publicação no PNCP:06/05/2025

ID PCA no PNCP	Classe/Grupo	Identificador da Futura Contratação
27	8105	160250-38/2026
131	8940	160250-79/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, em conformidade com a Lei n.º 14.133/21, e com o art. 5º da Instrução Normativa n.º 01, do SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010;

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. De acordo com o registro na ANVISA os produtos devem seguir alguns critérios: Para os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (RDC nº 429, de 8 de outubro de 2020, da ANVISA e Instrução Normativa nº 75, de 8 de outubro de 2020 da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 326, de 03 de dezembro de 2019, da ANVISA) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados (Lei nº 9.832/1999);

4.2.2. Para os produtos de origem animal: o estabelecimento deve estar registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE), Sistema de Inspeção Municipal (SIM) ou registrado pelos serviços de inspeção que aderiram ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária por meio do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI/POA).

4.2.3 Para os produtos ou subprodutos florestais (aquisição de madeira, de lenha e de outros produtos florestais) - item 1: o estabelecimento deve estar licenciado no Sisnama, na forma da Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24 de dezembro de 2014, e nos termos dos arts. 35 e 36 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que preveem que “o controle da origem da madeira, do carvão e de outros produtos ou subprodutos florestais incluirá sistema nacional que integre os dados dos diferentes entes federativos, coordenado, fiscalizado e regulamentado pelo órgão federal competente do Sisnama”, e que “o transporte, por qualquer meio, e o armazenamento de madeira, lenha, carvão e outros produtos ou subprodutos florestais oriundos de florestas de espécies nativas, para fins comerciais ou industriais, requerem licença do órgão competente do Sisnama”, assim como deve ser observado o prescrito sobre o referido assunto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (4ª edição). a) Somente será admitida a oferta de produto cuja origem seja comprovadamente legal, nos termos da legislação vigente, mediante a apresentação de Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor. a.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais a serem fornecidos tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.”

Indicação de marcas ou modelos

4.3. Não há indicação de marcas ou modelos.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.4. Não há vedação a marca ou produto.

Da exigência de amostra

4.5. Não há exigência de amostra.

Subcontratação

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.8. Na presente licitação, para os itens que não forem de participação exclusiva, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.8.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.8.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.8.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Reserva de Cota para Agricultura Familiar:

4.9 Nos termos da Lei 14.628/2023, Art. 8º Do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista, percentual mínimo de 30% (trinta por cento) será destinado, sempre que possível, à aquisição de produtos de agricultores familiares e de suas organizações, por meio de modalidade específica (Chamada Pública), nos termos do regulamento.

4.10 Do total de recursos destinados, no exercício financeiro, à aquisição de gêneros alimentícios pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta e indireta, no mínimo, 30% (trinta por cento) deverão ser destinados à aquisição de produtos de agricultores familiares e suas organizações, por meio da modalidade de compra institucional conforme o artigo 8º da lei 14.628 /2023.

4.11 O disposto no caput aplica-se às aquisições ou ao fornecimento de alimentos por empresas contratadas pela administração pública, conforme critérios previstos em edital.

4.12.1 Os órgãos e as entidades compradores poderão deixar de observar o percentual previsto no caput nos seguintes casos:

4.12.1.1 não recebimento do objeto, em decorrência de desconformidade do produto ou de sua qualidade com as especificações demandadas;

4.12.1.2 insuficiência de oferta na região, por parte de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários que se enquadrem no disposto na Lei nº 11.326, de 2006, para fornecimento dos gêneros alimentícios demandados; ou

4.12.1.3 aquisições especiais, esporádicas ou emergenciais, devidamente justificadas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos materiais é de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de recebimento da nota de empenho, em remessa parcelada, e também deverá entregar o material de hortifrutigranjeiros, carnes, ovos e laticínios, semanalmente, pelo menos uma vez na semana, quando da solicitação.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

5.3.1. **1º Batalhão de Comunicações (1º B Com)** – Comando do Exército – sediado em SANTO ÂNGELO, RS – Av. Venâncio Aires, S/N – Telefone Contato: (55) 3313-1100 – Ramal: 2046 - e-mail: almox@1bcom.eb.mil.br, Órgão Gerenciador.

5.3.2. **Depósito de Subsistência de Santo Ângelo (DSSA)** – Comando do Exército – sediado em SANTO ÂNGELO – RS - R. Tiradentes, 1388 – Geis – CEP: 98803-410 - Telefone Contato: (55) 3313-2560 – e-mail: licitacao@dssa.eb.mil.br, Órgão Participante.

5.3.3. 19º Regimento de Cavalaria Mecanizado (19º R C Mec) - Comando do Exército - sediado em SANTA ROSA, RS - Rua Duque de Caxias, 367 – Centro – CEP: 98780-540 - Telefone Contato: (55) 3020-0130 - e-mail: aprv19rcmec@hotmail.com , Órgão Participante.

5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 2 (dois) meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.5. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de

2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado 13/05/2026.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA - índice nacional de preços ao consumidor amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade pregão sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1. Para o **item 1**:

9.1.1.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração de que emitirá o DOF assim que a Nota Fiscal for emitida e que o apresentará juntamente com a referida Nota Fiscal na entrega do objeto.

9.1.1.2. Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/20213, e legislação correlata.

9.1.1.3. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;”

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.23. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.23.1. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.23.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.23.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.28. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **R\$ 2.403.260,16 (dois milhões quatrocentos e três mil duzentos e sessenta reais e dezesseis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da disponibilidade orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou do instrumento substitutivo o contrato.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

3.2. O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4. **O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**
5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6. São obrigações do Contratante:
 - 6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 6.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

6.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

10. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

14. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

14.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

14.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

14.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

14.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

14.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

15. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

16. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

17. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

18. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

19. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

24. Especificamente para os item 1, a empresa contratada deverá cumprir o que segue:

24.1. Item 1:

a) A contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

I) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

II) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

III) florestas plantadas; e

IV) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

b) A contratada deverá observar as proibições e condições para uso de espécie ameaçada de extinção, nos termos da Portaria MMA nº 443, de 2014, bem como de legislação distrital, estadual ou municipal quando houver.

c) A Contratada deverá apresentar na entrega do objeto a cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLOR juntamente com a Nota Fiscal.

c.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF /SINAFLOR, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

d) A Contratada deverá apresentar comprovantes de registro regular do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e legislação correlata;

d.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta online ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.”

24.2. Itens 2 e 3:

a) Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

a.1) estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

a.2) possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA; e

a.3) possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

b) A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

b.1) elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

b.2) adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento; e

b.3) informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

25. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

26. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

27. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

27.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

27.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

28. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

28.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

28.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

28.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

29. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

29.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

29.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

29.3. Indenizações e multas.

30. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

31. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

DOS CASOS OMISSOS

32. Os casos **omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

ALTERAÇÕES

33. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

34. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

35. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

36. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

37. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

FORO

38. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Santo Ângelo para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA


Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .


(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis


Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **DIRCEU LUIS KRAEMMER**
Data: 01/06/2026 11:04:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DIRCEU LUIS KRAEMMER
Chefe da equipe de planejamento


Documento assinado digitalmente
 **LUCAS EDINEI MOTTA SIMON**
Data: 01/06/2026 11:22:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUCAS EDINEI MOTTA SIMON
Integrante da área técnica

Documento assinado digitalmente
 **ANDRIONI FANTONI**
Data: 01/06/2026 11:01:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDRIONI FANTONI
Integrante da área administrativa

Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo o prosseguimento do processo de contratação.

Documento assinado digitalmente
 **ANDERSON FIDELIS JOSE DA SILVA**
Data: 01/06/2026 13:40:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDERSON FIDELIS JOSE DA SILVA
Ordenador de despesas do 1º Batalhão de Comunicações

1 BATALHAO DE COMUNICACOES DIVISIONARIO/RS

Estudo Técnico Preliminar 198/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64026.00502/2026-72

2. Descrição da necessidade

A presente contratação tem como objetivo atender às demandas de alimentação do Setor de Aprovisionamento do 1º Batalhão de Comunicações (1º B Com), compreendendo o fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, gás liquefeito de petróleo (GLP) para cozinha, carvão vegetal e utensílios de copa e cozinha.

A necessidade abrange itens essenciais para o preparo e fornecimento da alimentação dos militares empregados nas atividades diárias, instruções, missões e operações, bem como para assegurar o cumprimento das diretrizes de segurança alimentar e nutricional do Programa Forças no Esporte (PROFESP), que atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Dos gêneros alimentícios: São indispensáveis para compor cardápios balanceados que garantam o aporte nutricional necessário aos militares em serviço e aos beneficiários do PROFESP, em conformidade com o Guia Alimentar para a População Brasileira e com as normas sanitárias vigentes.

Do gás de cozinha (GLP) e do carvão vegetal: Constituem insumos energéticos imprescindíveis para o funcionamento da cozinha industrial do Batalhão. O GLP é utilizado no preparo diário das refeições por meio de fogões industriais, enquanto o carvão vegetal é necessário para atividades específicas de instrução, solenidades militares e preparo de cardápios tradicionais que integram a cultura alimentar da caserna. A ausência desses insumos inviabiliza integralmente o preparo dos alimentos, comprometendo a missão do Setor de Aprovisionamento.

Dos utensílios de copa e cozinha: Compreende aquisição de utensílios de copa e cozinha como artigos descartáveis, artigos plásticos e artigos de papel, são importantes na segurança alimentar e higiene porque evitam a contaminação cruzada, ajuda na logística de operação e eventos, e também são insumos obrigatórios pra garantir higiene, cumprir norma da ANVISA, atender operação em campo e dar agilidade quando o efetivo é grande.

Dessa forma, a contratação visa garantir o fornecimento contínuo, adequado e seguro de todos os insumos necessários à cadeia de alimentação, assegurando:

- a) O apoio logístico às atividades operacionais e administrativas do 1º B Com;
- b) O cumprimento da legislação sanitária e de segurança do trabalho;
- c) A manutenção da segurança alimentar e nutricional dos militares e dos menores atendidos pelo PROFESP;
- d) O princípio da eficiência administrativa, ao concentrar em um mesmo processo objetos correlatos e interdependentes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Aprovisionamento do 1º B Com	1º Ten Kraemmer

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O FORNECEDOR se responsabilizará pela entrega do material, incluindo o transporte e todos encargos trabalhistas, o qual deverá ser efetivado em até 30 (trinta) dias após o recebimento do pedido encaminhado, preferencialmente, por e-mail do Aproveitador, justificando, se for o caso, por escrito, as razões que impossibilitaram o não cumprimento desta obrigação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

A contratada deverá entregar o material de hortifrutigranjeiros, carnes, ovos e laticínios, semanalmente, pelo menos uma vez na semana, quando da solicitação e os dias acordados pela Contratante.

Após o recebimento do material, a Contratante terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para manifestação acerca do aceite final do material; Em caso de recusa do material, o FORNECEDOR deverá efetivar sua substituição no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da comunicação da recusa, ficando todos os custos decorrentes da substituição às suas expensas.

Em caso de substituição do material, a Contratante terá novo prazo de 10 (dez) dias úteis para manifestação acerca do aceite final.

O FORNECEDOR deverá realizar a entrega do material de acordo com a requisição expedida, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante. Não subcontratar o objeto do presente termo; A Contratada se obriga a realizar a entrega dos materiais de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, local e quantidade determinados pelo 1º B Com, de acordo com o contratado.

Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, conforme Lei nº 14.133/2021.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, transporte até o local da entrega que será na sede do 1º B Com, D Subst SA ou 19º R C Mec.

Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a esta Instituição.

Durante o prazo para entrega do material, a Contratada é obrigada a prestar informações sobre o andamento do mesmo, e caso ocorra imprevistos a Contratada deverá notificar de imediato o 1º B Com sobre o fato, assim como as devidas medidas que serão tomadas visando à normalização da execução da entrega.

Assumir todas as responsabilidades decorrentes da avença, ressarcindo ao 1º B Com quaisquer prejuízos provocados por eventuais atrasos na entrega, por qualquer dano provocado no produto e por descumprimento de qualquer outra disposição deste Termo.

O material adquirido não poderá ser substituído por outro, ou modificado, salvo por produtos de qualidade comprovadamente superiores e mediante justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pelo 1º B Com, também de forma expressa.

Providenciar todos os recursos e insumos necessários a perfeita execução do objeto, devendo estar incluídos no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução do serviço.

Executar o serviço contratado, adequadamente, de acordo com todas as especificações deste termo. Após a execução, emitir a nota fiscal ou nota fiscal/fatura, discriminado o quantitativo do serviço contratado, de acordo com as especificações técnicas.

Não transferir a outrem, no todo ou em parte, nem caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia expressa e anuência do 1º B Com, sob pena de rescisão contratual e aplicação das demais penalidades cabíveis.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, havendo possibilidade de restabelecimento dos quantitativos inicialmente registrados, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

Não há necessidade de classificar esse documento em grau ultrassecreto, secreto ou sigiloso conforme Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e em consonância ao Art. 10 da IN ME nº 81/2022.

5. Levantamento de Mercado

Foram consultadas diversas fontes, como registros de empresas especializadas em fornecimento de gêneros alimentícios, utensílios de copa e cozinha, carvão vegetal e gás engarrafado, bem como informações de mercado, a fim de identificar possíveis licitantes que atendam às especificações exigidas, incluindo a conformidade com normas de segurança alimentar, qualidade dos produtos e adequação dos preços. Com base nas informações obtidas, foi possível determinar que há empresas disponíveis para participar do processo licitatório, garantindo a realização da contratação de forma eficiente, transparente e em conformidade com a legislação para o atendimento da demanda do Batalhão.

6. Descrição da solução como um todo

Realizar o Registro de Preços através de pregão eletrônico para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios de copa e cozinha, carvão vegetal e gás engarrafado para o setor de aprovisionamento do 1º Batalhão de Comunicações. O fornecimento abrangerá alimentos perecíveis e não perecíveis, atendendo o consumo de alimentos para a Unidade, em um período de 12 meses ininterruptos.

Os fornecedores contratados serão responsáveis pela entrega pontual e pela manutenção da qualidade dos alimentos fornecidos, com atenção às normas de segurança alimentar exigidas, garantindo que os itens sejam adequados às necessidades dos militares durante suas atividades diárias e operacionais, e também alimentos adequados e saudáveis para o projeto (PROFESP).

Além disso, o fornecimento incluirá tanto alimentos frescos, quanto produtos não perecíveis e outros itens essenciais para a alimentação. A contratação será realizada por meio de processo licitatório, com a finalidade de garantir a melhor relação custo-benefício, assegurando a continuidade das operações do batalhão sem falhas no fornecimento.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa é baseada na necessidade deste Batalhão com base no histórico de licitações realizados nos últimos anos e no recurso autorizado para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios de copa e cozinha, carvão vegetal e gás engarrafado, através do previsto na Lei Orçamentária Anual para o ano de 2026 (LOA/26), conforme a planilha abaixo:

Nº do Item	Item	Descrição	Und	Valor Unitário Estimado (R\$)	1º B Com	Valor Total (R\$)
1	616623-Carvão Vegetal	Carvão Vegetal, saco de 5 kg	Und	31,90	50	1.595,00
2	461651-Gás refino de petróleo	Gás (GLP) em botijão de 13 kg com carga	Und	135,41	60	8.124,60
3	461651-Gás refino de petróleo	Gás (GLP) em cilindro de 45 kg com carga	Und	455,00	250	113.750,00
4	464374-Fruta	Fruta in natura, tipo abacaxi, espécie pérola, produto de 1ª qualidade	Kg	8,36	50	418,00
5	463556-Achocolatado	Achocolatado em pó, sabor tradicional, a base de extrato de malte, embalagem de 400 g	Und	8,27	400	3.308,00
6	236197-Adoçante	Adoçante estévia, frasco de 100 ml	Und	10,69	60	641,40

7	445479-Água mineral natural	Água mineral com gás, garrafa de 500 ml	Und	1,70	800	1.360,00
8	445484-Água mineral natural	Água mineral sem gás, garrafa de 500 ml	Und	1,54	800	1.232,00
9	466600-Legume Processado	Aipim descascado congelado, embalagem de 1 kg	Und	10,90	500	5.450,00
10	466788-Legume em conserva	Alcaparra em conserva, balde de 2 kg drenado e 3 kg líquido	Und	93,13	10	931,30
11	463832-Verdura In Natura	Alface Crespa in natura, produto de 1ª qualidade	Und	3,82	1500	5.730,00
12	463830-Verdura in natura	Alface Americana in natura, produto de 1ª qualidade	Und	3,88	1500	5.820,00
13	463938-Condimento	Alho in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	31,62	40	1.264,80
14	474374-Fruta	Ameixa preta seca e desidratada, embalagem de 1 kg	Kg	53,78	10	537,80
15	459077-Amido	Amido de milho, tipo maisena, apresentação em pó, pacote de 500 g	Und	11,24	300	3.372,00
16	463696-Azeite	Azeite oliva, tipo extravirgem, acidez menor de 0,8%, vidro com 500 ml	Und	41,14	200	8.228,00
17	459639-Legume em conserva	Azeitona, tipo verde, apresentação sem caroço, tamanho grande, características adicionais sem tempero, balde com peso drenado de 2 kg e peso líquido de 3 kg	Und	74,76	20	1.495,20
18	447666-Carne defumada	Carne defumada, tipo corte toucinho (bacon), tipo animal suíno, apresentação em mantas defumado, estado de conservação resfriado(a)	Kg	37,61	150	5.641,50
19	464380-Fruta	Banana nanica in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	5,12	1800	9.216,00
20	464381-Fruta	Banana prata in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	7,07	1500	10.605,00
21	467358-Barra nutricional	Barra de cereal, mínimo de 22 gr, ingredientes de aveia em flocos, cereais tostados, açúcar e frutas, similar ou superior as marcas nutry ou naturale	Und	1,52	1200	1.824,00
22	463753-Legume in natura	Batata doce in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	4,64	500	2.320,00
23	463707-Batata processada	Batata frita embalada, tipo palha fina, características adicionais sem colesterol e sem conservantes, pacote de 1 kg	Kg	30,08	300	9.024,00

24	463754-Legume in natura	Batata inglesa in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	5,02	1500	7.530,00
25	306043-Aromatizante artificial	Essência de baunilha, aromatizante artificial, apresentação líquido incolor, solubilidade em água, tipo uso de fabricação pães, sabor de baunilha, frasco com no mínimo de 960 ml	Und	13,52	10	135,20
26	463767-Legume in natura	Beterraba in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	5,29	500	2.645,00
27	316837-Biscoito	Biscoito, apresentação redondo, sabor variado, classificação doce, características adicionais com recheio, tipo tortinha, pacote com no mínimo de 140 gramas, similar ou superior as marcas isabela, visconti e orquídea	Und	3,61	300	1.083,00
28	217129-Biscoito	Biscoito, apresentação quadrado, sabor água e sal, classificação salgado, características adicionais sem recheio, pacote com no mínimo de 345 g	Und	6,67	300	2.001,00
29	304977-Biscoito	Biscoito, apresentação waffer, sabor variado, pacote com no mínimo de 110 g	Und	3,40	300	1.020,00
30	232213-Biscoito	Biscoito, apresentação oval, sabor maizena, classificação doce, características adicionais sem recheio, aplicação: alimentação humana, pacote com no mínimo de 350 g	Und	7,82	300	2.346,00
31	232144-Biscoito	Biscoito, apresentação redondo, sabor não aplicável, classificação doce, características adicionais sem recheio, tipo maria, apresentação pacote com no mínimo de 345 g	Und	5,27	300	1.581,00
32	463838-Verdura In Natura	Brócolis de cabeça in natura, produto de 1ª qualidade	Und	7,11	200	1.422,00
33	463532-Cacau	Cacau em pó, pacote de 1 quilograma	Und	90,27	30	2.708,10
34	339479-Tempero	Caldo de carne	Kg	17,87	80	1.429,60
35	339478-Tempero	Caldo de galinha	Kg	17,43	80	1.394,40
36	463872-Condimento	Canela em Pó	Kg	33,57	20	671,40
37	459663-Molho de mesa	Molho de mesa, tipo catchup, composição tradicional, apresentação creme, frasco com no	Und	6,67	500	3.335,00

		mínimo de 380 g				
38	447873-Carne de ave in natura	Carne de ave in natura, tipo peru, tipo corte com miúdos, apresentação inteiro, estado de conservação congelado (a)	Kg	32,53	60	1.951,80
39	447640-Carne de ave in natura	Carne congelada, tipo coração de frango	Kg	27,10	50	1.355,00
40	447737-Carne salgada	Carne salgada, tipo orelha suína, apresentação cortada, estado de conservação resfriada(o)	Kg	22,13	40	885,20
41	447745-Carne salgada	Carne salgada, tipo pé suíno, apresentação cortada, estado de conservação resfriada(o)	Kg	20,77	40	830,80
42	463781-Legume in natura	Cebola branca in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	5,16	2000	10.320,00
43	463882 - Condimento	Condimento (salsa e cebolinha) in natura, produto de 1ª qualidade	Mç	4,04	200	808,00
44	463770-Legume in natura	Cenoura in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	5,43	600	3.258,00
45	604671-Chá alimentação	Chá alimentação, sabores diversos, caixa com 10 saquinhos de 1g, total de 10 g	Cx	4,39	50	219,50
46	463778-Legume in natura	Chuchu in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	5,29	500	2.645,00
47	463536-Chocolate	Chocolate, tipo preto, sabor ao leite, características adicionais aplicação cobertura, barra de 1 quilograma	Kg	42,67	60	2.560,20
48	467306-Chocolate	Chocolate, tipo preto, sabor meio amargo, características adicionais aplicação cobertura, mínimo 50% cacau, barra de 1 quilograma	Kg	44,17	60	2.650,20
49	463548-Achocolatado	Chocolate granulado, achocolatado, apresentação pó/granulado, sabor: tradicional, característica adicional a base de extrato de malte, pacote com no mínimo de 500 g	Und	15,97	50	798,50
50	237916-Coco seco	Coco seco ralado, pacote de 100 g	Und	3,40	20	68,00
51	462827-Legume Em Conserva	Cogumelo em conserva, tamanho médio, tipo cogumelo esterilizado, balde com peso drenado de 2 kg e peso líquido de 3 kg	Und	75,29	40	3.011,60
52	463937-Condimento	Condimento, apresentação industrial, matéria prima colorau, em pó, aplicação culinária em geral, embalagem com no no mínimo de 500 g	Und	21,40	30	642,00

53	447671-Carne defumada	Carne defumada, tipo costelinha suína, apresentação cortada, resfriado(a)	Kg	35,47	100	3.547,00
54	463822-Verdura in natura	Couve manteiga in natura, produto de 1ª qualidade	Mç	4,27	200	854,00
55	463831-Verdura in natura	Couve-flor in natura, produto de 1ª qualidade	Und	8,30	250	2.075,00
56	463892-Condimento	Cravo da índia	Kg	98,77	5	493,85
57	446534-Creme de leite	Creme de leite, ingredientes gordura láctea, mínimo 35%, apresentação embalagem Tetra Park (caixinha), peso de 200 g	Und	4,00	1500	6.000,00
58	474411-Doce confeitado	Doce confeitado, tipo torrone, ingredientes com amendoim, embalados individualmente, caixa com 50 unidades de no mínimo de 25 g de cada	Cx	63,03	300	18.909,00
59	462657-Doce não confeitado	Fruta em calda, tipo fruta abacaxi, ingredientes água e açúcar, lata com peso drenado de no mínimo de 400 g e peso líquido no mínimo de de 820 g	Und	20,97	200	4.194,00
60	462684-Doce não confeitado	Fruta em calda em metades, tipo fruta pêssago cozido, ingredientes água e açúcar, lata com peso drenado de no mínimo de 450 g e com peso líquido de no mínimo de 830 g	Und	14,70	200	2.940,00
61	462670-Doce não confeitado	Doce não confeitado, tipo em calda, sabor cereja, vidro com peso drenado de no mínimo de 100 g e com peso líquido de no mínimo de 190 g	Und	20,37	20	407,40
62	462666-Doce não confeitado	Doce em pasta, tipo bananada, pote de no mínimo de 400 g	Und	13,03	150	1.954,50
63	462679-Doce não confeitado	Doce em pasta, tipo goiabada, pote de no mínimo de 400 g	Und	12,57	150	1.885,50
64	462651-Doce não confeitado	Goiabada cascão, doce não confeitado, tipo massa, sabor goiaba, forma apresentação com pedaços da casca, embalagem de no mínimo de 300 g	Und	8,33	250	2.082,50
65	462646-Doce não confeitado	Rapadura de amendoim, doce de amendoim, tipo tablete, ingredientes amendoim, açúcar e xarope de glicose, sem farinha em sua composição, pacote com 50 unidades com peso mínimo de 900 g	Und	25,70	300	7.710,00
66	462601-Doce leite	Doce de leite puro, de 1ª qualidade, tipo cremoso, composição leite integral, açúcar, glicose, pote com 400	Und	11,77	200	2.354,00

		g				
67	462666-Doce não confeitado	Doce de banana em tablete, tipo mariola, pacote com 50 unidades individualizadas de 15g, pacote mínimo com 750 g	Und	20,98	300	6.294,00
68	462823-Legume em conserva	Ervilha em conserva, lata com peso drenado de 2 kg e peso líquido de 3 kg	Und	37,47	100	3.747,00
69	459670-Massa de tomate	Massa de tomate, tipo extrato concentrado, composição tradicional, apresentação creme, lata com peso líquido de 4 kg	Und	43,43	1000	43.430,00
70	459009-Farinha de mandioca	Farinha de Mandioca, tipo branca, seca, fina, tipo 1, acidez baixa, sem temperos	Kg	10,40	300	3.120,00
71	470688-Farinha de milho	Farinha de milho, grão amarelo, tipo fubá, característica adicional transgênico, ingrediente adicional fortificada com ferro e ácido fólico, tamanho fina	Kg	7,13	400	2.852,00
72	244498-Farofa pronta	Farofa pronta temperada, ingredientes farinha de milho, óleo vegetal, alho, sal, cebola, pimenta vermelha, cebolinha verde, colorífico, pimenta do reino preta e cominho, pacote de no mínimo de 500 g	Und	9,98	120	1.197,60
73	459591-Fermento	Fermento biológico fresco, embalagem de 500 g	Und	18,83	200	3.766,00
74	459596-Fermento	Fermento biológico em pó, embalagem de 500 g	Und	28,93	200	5.786,00
75	459586-Fermento	Fermento químico em pó, embalagem de 250 g	Und	12,16	300	3.648,00
76	460502-Aveia beneficiada	Flocos de aveia médio, embalagem de 500 g	Und	11,43	100	1.143,00
77	463970-Cereal matinal/lanches	Cereal matinal, lanches, tipo flocos pré-cozidos, ingredientes principais com, fortificado com vitaminas e minerais, com com açúcar	Kg	23,70	30	711,00
78	462723-Gelatina alimentícia	Gelatina alimentícia, em pó, sem sabor, isento de açúcares e adoçantes, pacote de 01 kg	Und	59,73	600	35.838,00
79	446706-Iogurte natural	Iogurte c/ polpa de frutas cartela com 6 unidade de 540 g	Bdj 6 Und	7,36	800	5.888,00
80	464395-Fruta	Laranja bahia in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	12,77	1000	12.770,00
81	464571-Leguminosa	Lentilha, tipo I, embalagem de 500 g	Und	7,03	10	70,30

82	464013-Leite condensado	Leite condensado, tipo integral, ingrediente básico leite in natura, embalagem de 395 g	Und	6,06	800	4.848,00
83	449182-Embutido	Embutido, tipo linguiça paio, tipo defumada, estado de conservação resfriado(a)	Kg	43,23	50	2.161,50
84	447702-Embutido	Linguiça, tipo calabresa, tamanho grossa, ingredientes carne suína, embalada à vácuo	Kg	29,00	400	11.600,00
85	463904-Condimento	Louro folha desidratada, pacote com 250 g	Und	34,60	20	692,00
86	464401-Fruta	Maçã Fuji in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	12,63	1000	12.630,00
87	459656-Molho de mesa	Maionese, tipo tradicional, embalagem de 500 g	Und	12,90	200	2.580,00
88	464405-Fruta	Mamão formosa in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	9,73	800	7.784,00
89	463908-Condimento	Manjerição desidratado	Kg	18,13	5	90,65
90	464410-Fruta	Manga rosa in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	6,91	150	1.036,50
91	463910-Condimento	Manjerona em pó	Kg	20,80	5	104,00
92	465350-Massa alimentícia	Massa para lasanha, embalagem de 500 g	Und	8,67	100	867,00
93	462245-Massa alimentícia	Massa para pastel, disco de 12 cm, embalagem de 500 g	Und	8,58	300	2.574,00
94	348080-Mel abelha	Mel de abelha, alimentação humana	Kg	34,50	100	3.450,00
95	464418-Fruta	Melancia in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	3,48	400	1.392,00
96	471959-Fruta	Melão espanhol in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	9,21	400	3.684,00
97	462824-Legume em conserva	Milho em conserva, ingredientes grãos de milho cozido/água e sal, lata com peso de no mínimo de 1,7 kg drenado e peso líquido no mínimo de 3 kg	Und	35,27	100	3.527,00
98	268901-Mistura alimentícia	Mistura alimentícia para preparo de cuca alemã, farinha de trigo tipo I, fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar refinado, gordura vegetal, sal refinado, canela em pó, estabilizantes polisorbato 80 e estearoil-2-lactil lactato de cálcio	Sc 5 Kg	59,10	60	3.546,00
		Mistura Pré-Mix para Pão Francês enriquecida com ferro e ácido fólico				

99	242454-Mistura alimentícia	(vitamina B9), farinha de trigo tipo 1, sal, ácido ascórbico, estearoil 2-lactil lactato de sódio, azodecarbonarida, enzimas, fosfolipase, alfamilase, hemicelulase e glúten, saco de 25 Kg	Sc 25 Kg	95,17	600	57.102,00
100	417951-Mistura alimentícia	Mistura para Pão de Queijo, Pó branco levemente amarelo, amido modificado, gordura vegetal, condimento preparado sabor queijo (contém farinha de trigo e leite) e sal, embalagem de 1 Kg	Und	12,87	300	3.861,00
101	444402-Mistura alimentícia	Mistura Pré-Mix para Pão Tipo Hamburger / Cachorro-quente, saco de 25 Kg	Sc 25 Kg	92,90	100	9.290,00
102	463861-Condimento	Condimento, molho de alho, embalagem de no mínimo de 900 ml	Und	11,62	60	697,20
103	241553-Molho pimenta	Molho de pimenta, composição água /pimenta vermelha moída/vinagre de álcool/sal, frasco no mínimo de 150 ml	Und	4,78	150	717,00
104	459655-Molho de mesa	Molho inglês, embalagem no mínimo de 900 ml	Und	13,16	80	1.052,80
105	459653-Molho de mesa	Molho shoyo, embalagem no mínimo de 900 ml	Und	19,07	40	762,80
106	464328-Fruta	Morango in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	34,52	30	1.035,60
107	459667-Molho de mesa	Molho de mesa, tipo mostarda, embalagem no mínimo de 190 g	Und	9,37	250	2.342,50
108	463912-Condimento	Noz moscada em pó, embalagem no mínimo de 28 g	Und	11,93	20	238,60
109	463916-Condimento	Orégano desidratada, pacote mínimo de 100 g	Und	8,03	50	401,50
110	446626-Ovo processado	Ovo de codorna em conserva, vidro com peso drenado de 300 g e peso líquido de 540 g	Und	26,33	300	7.899,00
111	446622-Ovo	Ovo vermelho in natura, bandeja com 30 und	Bdj 30 und	24,07	800	19.256,00
112	463860-Condimento	Pasta de alho picado	Kg	18,33	100	1.833,00
113	452507-Bolo alimentício	Panetone c/ gotas de chocolate (chocotone), embalagem com 400 g	Und	19,47	20	389,40
114	257762-Bolo alimentício	Panetone c/ frutas cristalizadas, embalagem com 400 g	Und	21,77	20	435,40

115	449006-Peixe em conserva	Pescado em conserva tipo sardinha em óleo, lata de no mínimo de 125 g	Und	8,46	50	423,00
116	468533-Legume em conserva	Legume em conserva, tipo pepino, ingredientes água/açúcar/ácido cítrico e sal, vidro com no mínimo de 300 g drenado	Und	12,73	300	3.819,00
117	463796-Legume in natura	Pepino in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	6,26	300	1.878,00
118	463920-Condimento	Pimenta do reino moída	Kg	30,10	5	150,50
119	463809-Legume in natura	Pimentão verde in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	10,10	250	2.525,00
120	463808-Legume in natura	Pimentão vermelho in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	21,37	150	3.205,50
121	463802-Legume In Natura	Pimentão amarelo in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	21,37	150	3.205,50
122	462751-Pó pudim	Pó para pudim, sabores variados, embalagem de 1 kg	Und	14,92	200	2.984,00
123	462474-Amido	Polvilho doce, tipo fécula de mandioca, uso para culinária e panificação, apresentação pós tipo farinha, embalagem com 500 g	Und	8,38	50	419,00
124	481086-Amido	Polvilho azedo, tipo fécula de mandioca, uso para culinária e panificação, apresentação pós tipo farinha, embalagem de 500 g	Und	10,73	80	858,40
125	447771-Frios	Presunto de pernil, tipo preparação cozido, composição sem capa de gordura, apresentação peça inteira, estado de conservação resfriado(a)	Kg	30,00	300	9.000,00
126	447774-Frios	Presunto de pernil, tipo cozido, composição sem capa de gordura, apresentação fatiado, estado de conservação resfriado(a)	Kg	32,03	800	25.624,00
127	446633-Queijo	Queijo mussarela	Kg	45,80	300	13.740,00
128	446636-Queijo	Queijo mussarela fatiado	Kg	47,30	500	23.650,00
129	446639-Queijo	Queijo prato	Kg	50,60	300	15.180,00
130	446642-Queijo	Queijo prato fatiado	Kg	51,93	500	25.965,00
131	217783-Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa, xarope, sabor uva, garrafa de 2 litros, produto similar ou superior a marca Fanta Uva	Und	8,99	300	2.697,00

132	217783-Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa, xarope, sabor uva, lata de 350ml, produto similar ou superior a marca Fanta Uva	Und	4,06	300	1.218,00
133	217784-Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa /xarope, sabor cola, garrafa de 2,5 litros, produto similar ou superior às marcas Coca-Cola e Pepsi	Und	11,90	500	5.950,00
134	217784-Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa /xarope, sabor cola, lata de 350 ml, produto similar ou superior às marcas Coca-Cola e Pepsi	Und	4,11	300	1.233,00
135	217785-Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa /xarope, sabor guaraná, garrafa de 2 litros, produto similar ou superior a marca Antártica e Kuat	Und	8,06	400	3.224,00
136	217785-Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa /xarope, sabor guaraná, lata de 350 ml, produto similar ou superior a marca Antártica e Kuat	Und	3,88	300	1.164,00
137	217781-Refrigerante	Refrigerante, material água gasosa /xarope, sabor laranja, garrafa de 2 litros, produto similar ou superior a marca Fanta e Sukita	Und	9,03	300	2.709,00
138	463839-Verdura in natura	Repolho verde in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	5,07	600	3.042,00
139	446671-Queijo	Requeijão cremoso, pote mínimo de 180 g	Und	9,06	300	2.718,00
140	463826-Verdura In Natura	Rúcula in natura, produto de 1ª qualidade	Mç	4,47	80	357,60
141	459084-Amido	Sagú, embalagem de 500g	Und	8,70	200	1.740,00
142	447877-Frios	Salame tipo italiano, peça	Kg	78,03	50	3.901,50
143	447720-Embutido	Salsicha hot dog, tipo mista, estado de conservação resfriada	Kg	18,10	700	12.670,00
144	447707-Embutido	Salsichão misto (suíno/bovino)	Kg	30,37	300	9.111,00
145	454017-Sal	Sal refinado	Kg	3,23	1000	3.230,00
146	454018-Sal	Sal grosso temperado	Kg	5,50	300	1.650,00
147	462825-Legume em conserva	Seleto de legumes, lata com peso de no mínimo de 1,7 kg drenado e peso líquido no mínimo de 2,6 kg	Und	30,40	100	3.040,00
		Sorvete de napolitano, água, açúcar, xarope de glicose, gordura vegetal, leite em pó desnatado, pasta de cacau,				

148	462772-Sorvete	polpa de morango, soro de leite, cacau em pó, extrato de malte, sal, aromatizantes, acidulante ácido cítrico, corantes natural urucum, artificiais, vermelho ponceau, azul indigotina, espessantes goma guar, goma jataí, carragena, estabilizantes monoestearato de glicerina, polisorbato 80, contém glúten, pote de 2 litros	Und	25,10	150	3.765,00
149	442810-Suco	Suco de uva integral, garrafa de no mínimo de 1 litro	L	14,27	250	3.567,50
150	396125-Suco	Suco em pó, sabor variado, pacote de 1 kg	Kg	16,35	2500	40.875,00
151	442811-Suco	Suco de laranja, tipo integral, sem adição de açúcar, corantes ou conservantes, apresentação embalagem tetra-pak com mínimo de 200 ml	Und	4,41	300	1.323,00
152	442810-Suco	Suco de uva, tipo integral, sem adição de açúcar, corantes ou conservantes, apresentação embalagem tetra-pak com mínimo de 200 ml	Und	4,41	300	1.323,00
153	442811-Suco	Suco de laranja, apresentação líquido, sabor laranja, tipo integral, características adicionais concentrado e sem adição de açúcar, embalagem de 1 litro	Und	13,07	200	2.614,00
154	303946-Suco	Suco de abacaxi, tipo integral, sem adição de açúcar, corantes ou conservantes, apresentação embalagem de 1 litro	Und	13,07	200	2.614,00
155	233873-Temperos	Tempero completo, sem pimenta, apresentação pasta, uso culinário	Kg	16,67	200	3.334,00
156	463804-Legume In Natura	Tomate in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	8,62	1000	8.620,00
157	462101-Condimento	Condimento, matéria-prima tomate seco, aplicação alimentação, características adicionais em conserva e temperado, embalagem com peso de no mínimo de 700 g drenado e peso líquido no mínimo de 1 kg	Und	47,97	10	479,70

158	464441-Fruta	Uva rubi in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	12,47	150	1.870,50
159	464439-Fruta	Uva niágara in natura, produto de 1ª qualidade	Kg	13,50	150	2.025,00
160	464883-Fruta	Uva passa, apresentação desidratada, seca, adicional preta	Kg	41,97	15	629,55
161	249818-Vinagre	Vinagre de maçã, composição fermentado acético de maçã e conservante, embalagem mínima de 750 ml	Und	6,08	250	1.520,00
162	249817-Vinagre	Vinagre de vinho, tipo tinto, embalagem mínima de 750 ml	Und	6,41	250	1.602,50
163	243160-Embalagem plástica	Bobina plástica transparente e picotada, capacidade para 5 kg, rolo com 500 sacos	Und	34,17	60	2.050,20
164	441934-Saco	Bobina plástica transparente e picotada, capacidade para 10 kg, rolo com 500 sacos	Und	45,83	60	2.749,80
165	235787 - Colher descartável	Colher descartável para sobremesa, média, pacote com 50 unidades (cor branca)	Und	6,90	100	690,00
166	332641-Copo descartável	Copo descartável de 200 ml, tira com 100 unidades	Pct	7,03	400	2.812,00
167	237590-Coador descartável café	Filtro de papel para café, nr 103, embalagem com 30 unidades	Cx	6,63	100	663,00
168	279329-Fósforo	Fósforo, pacote com 10 caixa com 40 palitos cada	Pct	5,49	70	384,30
169	396052-Guardanapo de papel	Guardanapo de papel, macio, pacote com 50 unidades com no mínimo 24x24 cm	Pct	5,55	1500	8.325,00
170	221317-Palito	Palito dental, caixa com 200 unidades	Cx	3,27	100	327,00
171	233708-Papel alumínio	Papel alumínio, rolo 7,5m x 45cm (dimensões mínimas)	Und	12,52	100	1.252,00
172	393150-Papel filme	Papel filme de PVC, tipo Isofilme, rolo 15m x 28cm (dimensões mínimas)	Und	5,23	100	523,00
173	220981-Papel filme	Papel filme de PVC, tipo Isofilme, rolo 300m x 29cm (dimensões mínimas)	Und	41,17	50	2.058,50
174	226350-Marmita descartável	Prato de alumínio com tampa, nr 09, para fechamento à máquina, caixa com 100 unidades	Cx	57,20	100	5.720,00
175	372768-Prato descartável	Prato descartável para refeição, diâmetro de 21 cm, pacote cm 10 unidades, cor branca	Und	4,20	150	630,00
Total						R\$ 915.371,75

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor total estimado da contratação é de **R\$ 915.371,75 (novecentos e quinze mil trezentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos)**.

Os recursos referentes ao Pregão Eletrônico do 1º Batalhão de Comunicações, Processo Administrativo nº 64026.000502/2026-72, estão previstos na Lei Orçamentária Anual para o ano de 2026 (LOA/26).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Considerando as características dos contratados, é permitido o parcelamento e poderão ser divididos em tantas parcelas (itens ou grupos) quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala e de acordo com a necessidade do 1º Batalhão de Comunicações.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há no âmbito desta Organização Militar contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto das contratações em referência.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com o Plano Estratégico do Exército e com o Plano de Contratações Anual (PCA 2026) do 1º B Com, bem como encontra respaldo institucional conforme previsão de planejamento do Plano de Gestão da OM 2024/2027, do 1º B Com.

12. Resultados Pretendidos

A contratação visa contribuir para a otimização do processo logístico e assegurar a manutenção da operacionalidade do 1º Batalhão de Comunicações, garantindo a prestação contínua e adequada do serviço de aprovisionamento bem como a garantia de uma alimentação nutricional balanceada, permitindo que os militares tenham as condições necessárias para executar suas funções administrativas de maneira eficiente e permaneçam em condições de pronto emprego nas atividades relacionadas às operações, e também assegurar uma alimentação adequada e saudável para as crianças e adolescentes do PROFESP.

13. Providências a serem Adotadas

Nesta contratação, não há a necessidade desta Organização Militar dispor de adequações para contratação dos materiais questão objeto deste Estudo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os seguintes impactos ambientais devem ser considerados na contratação do referido objeto:

- a) Necessidade de recolhimento de resíduos;
- b) Utilização de embalagem reciclagem;
- c) Impactos do desmatamento; e

d) Emissões de Gases de Efeito Estufa.

Para reduzir tais impactos, deverão ser incluídas no Termo de Referência/Edital, cláusulas que assegurem a redução dos impactos ambientais elencados neste ETP. Ademais, deve ser fiscalizado no momento da execução da contratação se a contratada cumpre os requisitos prévios elencados.

15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Após realizadas as análises, entende-se que a contratação se faz necessária para que o 1º B Com mantenha a operacionalidade do seu efetivo e o cumprimento das missões, e também proporcionar as crianças do PROFESP uma alimentação adequada e saudável.


16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **DIRCEU LUIS KRAEMMER**
Data: 25/05/2026 11:08:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


DIRCEU LUIS KRAEMMER

Chefe de equipe de planejamento

Documento assinado digitalmente
 **ANDRIONI FANTONI**
Data: 25/05/2026 10:51:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDRIONI FANTONI


Integrante da área administrativa

Documento assinado digitalmente
 **LUCAS EDINEI MOTTA SIMON**
Data: 25/05/2026 11:40:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LUCAS EDINEI MOTTA SIMON

Integrante da área técnica

Despacho: Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar e autorizo o prosseguimento do processo de contratação.

Documento assinado digitalmente
 **ANDERSON FIDELIS JOSE DA SILVA**
Data: 27/05/2026 13:37:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANDERSON FIDELIS JOSE DA SILVA

Ordenador de Despesas do 1º Batalhão de Comunicações

1 BATALHAO DE COMUNICACOES DIVISIONARIO/RS

Ata de Registro de Preços 18/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2026	160250-1 BATALHAO DE COMUNICACOES DIVISIONARIO/RS	PATRICK BRATZ BRAGA	01/06/2026 09:46 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64026.000502/2026-72

1. DO OBJETO

1º BATALHÃO DE COMUNICAÇÕES
BATALHÃO GENERAL MÁRIO DA SILVA MIRANDA P
REGÃO ELETRÔNICO
Nº 9000x/2026

(Processo Administrativo nº 64026.000502/2026-72)

Ata de Registro de Preços nº 15/2026

O 1º Batalhão de Comunicações, com sede na Av. Venâncio Aires, s/nº, na cidade de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, CEP: 98.801-660, inscrito no CNPJ sob o nº 09.579.618/0001-22, neste ato representado pelo seu comandante, o Ten Cel ANDERSON FIDÉLIS JOSÉ DA SILVA, nomeado pela Portaria C Ex Nº 618, de 22 de maio de 2025, publicada no DOU 96-Sec 02, página 09, de 23 de maio de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 9000x/2026, processo administrativo nº 64026.000502/2026-72, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de gêneros alimentícios, gás engarrafado, lenha e materiais de copa e cozinha para o GCALC Gu Santo Ângelo, especificado(s) no(s) itens do Termo de Referência, anexo I do edital de licitação nº 9000x/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

--	--

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca	Fabricante	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o(a) 1º Batalhão de Comunicações.
- 3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
- 3.2.1. 19º Regimento de Cavalaria Mecanizado - 19º R C Mec
 - 3.2.2. Depósito de Subsistência de Santo Ângelo - DSSA

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.
 - 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena

de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDERSON FIDELIS JOSE DA SILVA

Ordenador de Despesas do 1º B Com